

DESPACHO:

AUTORIZO

24 / 2 / 25

A Directora da NMS|FCM

Helena Canhão

(Professora Doutora Helena Canhão)

AJUSTE DIRECTO
AD n.º 003/NMS-UNL/2025

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DOS SISTEMAS DE DETECÇÃO
DE INCÊNDIOS (SADI) DOS EDIFÍCIOS DA NMS|FCM PARA O TRIÉNIO DE 2025-2027**

CADERNO DE ENCARGOS

I – PARTE GERAL

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES GERAIS**

ARTIGO 1.º

OBJECTO

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objecto a Aquisição de Serviços de Manutenção Preventiva aos Sistemas SADI (Sistema Automático de Detecção de Incêndios) instalados no Edifício Sede, Edifício Escolar e Edifício Escolar do Hospital de São Francisco Xavier da NMS|FCM para o triénio de 2025-2027, conforme decorre da Parte Especial do presente Caderno de Encargos.

ARTIGO 2.º

VIGÊNCIA

O Contrato iniciar-se-á na data do envio da nota de encomenda, uma vez cumprida a obrigação de publicação do Contrato no Portal Base dos Contratos Públicos, em cumprimento do disposto no n.º 1 do art. 127.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado de CCP), e vigorará até ao dia 31 de Dezembro de 2025, com possibilidade de renovação por períodos sucessivos de 12 meses, até ao limite máximo de 2 renovações, não podendo ultrapassar a data de 31 de Dezembro de 2027, salvo oposição por parte da NMS|FCM, a comunicar com um aviso prévio de 30 (trinta) dias de calendário, do termo inicial do Contrato ou da sua renovação.

ARTIGO 3.º

DEVER DE INFORMAÇÃO

1. O Adjudicatário obriga-se a prestar a informação e os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela NMS|FCM com a periodicidade que esta razoavelmente entender conveniente quanto à execução do plano de trabalhos e ao cumprimento das obrigações que para aquele emergem do Contrato.

2. A obrigação prevista no número anterior compreende o dever de o Adjudicatário participar em reuniões com a NMS|FCM ou com outras entidades que se mostrem objectivamente necessárias em função do objecto do Contrato.
3. O Adjudicatário obriga-se a comunicar à NMS|FCM a iminência e/ou o início de qualquer processo judicial ou extrajudicial que possa conduzir à sua declaração de insolvência, a providência análoga à insolvência ou à sua extinção, bem como a verificação de qualquer outra circunstância que possa perturbar a execução do Contrato.
4. O Adjudicatário obriga-se a comunicar à NMS|FCM, no prazo de quarenta e oito horas a contar do seu conhecimento, a ocorrência de qualquer circunstância ou factos relevantes, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer das suas obrigações contratuais.
5. Todos os relatórios, registos de actas e demais documentos elaborados pelo Adjudicatário, no âmbito do dever de informação, devem ser redigidos em português.
6. O Adjudicatário deverá nomear um representante, que será o seu interlocutor com a NMS|FCM relativamente a assuntos técnicos e processuais do Contrato a celebrar.
7. Sempre que o Adjudicatário sofra atrasos no plano de trabalhos, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deverá, no prazo de vinte e quatro horas a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar por escrito a NMS|FCM, a fim de esta ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance.

ARTIGO 4.º

DEVER DE SIGILO

1. O Adjudicatário obriga-se a guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à NMS|FCM ou a qualquer outra entidade, de que possa ter tido conhecimento no âmbito da execução do Contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros nem ser objecto de qualquer uso ou modo

de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do Contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo acima previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar da data da cessação do Contrato, sem prejuízo da manutenção da sujeição a sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei.

ARTIGO 5.º

PREÇO BASE

1. Preço base é o preço máximo que a NMS|FCM se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem a prestação de serviços a contratar, nomeadamente a despesa total estimada para o triénio 2025 – 2027, que ascende ao valor de **13.476,20 Euros** (treze mil, quatrocentos e setenta e seis euros e vinte cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos seguintes termos:

ANO	SERVIÇO	PREÇO BASE UNITÁRIO
2025	<i>Contrato de Manutenção dos Sistemas SADI - 2025</i>	2.418,80 €
2025	<i>Bolsa de Consumíveis para 2025</i>	2.000 €
2026	<i>Contrato de Manutenção dos Sistemas SADI - 2026</i>	2.491,40 €
2026	<i>Bolsa de Consumíveis para 2026</i>	2.000 €
2027	<i>Contrato de Manutenção dos Sistemas SADI - 2027</i>	2.566,00 €
2027	<i>Bolsa de Consumíveis para 2027</i>	2.000 €

2. O valor mencionado no número anterior compreende todas as obrigações previstas no presente Caderno de Encargos, e melhor descritas na Parte Especial.

3. O preço contratual inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à NMS|FCM (incluindo as despesas com combustível, despesas de alojamento, mão-de-obra, despesas

de transporte e instalação de equipamento, material necessário à boa execução das obrigações previstas no presente Caderno de Encargos bem como, quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, e ainda a garantia dos equipamentos).

4. Não há lugar a revisão ou actualização do preço, nem a adiantamentos de preço.

CAPÍTULO II

CAUÇÃO E PAGAMENTOS

ARTIGO 6.º

CAUÇÃO

Para efeitos do presente procedimento contratual, a NMS|FCM renuncia ao direito de exigir caução ao Adjudicatário.

ARTIGO 7.º

PAGAMENTOS

1. Pela execução de todas as obrigações objecto do Contrato a celebrar, bem como, pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a NMS|FCM procederá, única e exclusivamente ao pagamento dos serviços efectivamente prestados pelo Adjudicatário e adjudicados pela NMS|FCM, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o valor a pagar resulta dos preços unitários dos serviços prestados à NMS|FCM constantes da proposta adjudicada, o qual será pago em duas tranches anuais, após a realização de cada uma das visitas semestrais.
3. O pagamento deverá ser efectuado mediante apresentação à NMS|FCM de factura emitida com base nos serviços prestados e devidamente confirmados pela NMS|FCM, semestralmente.
4. A(s) factura(s) deverá(ão) ser enviada(s) através da plataforma de facturação electrónica da UNL, ou por correio electrónico para o endereço faturas@unl.pt caso o Adjudicatário esteja legalmente dispensado da obrigação de adesão ao regime de facturação electrónica e disso faça prova.
5. Para efeitos do disposto nos números anteriores, a obrigação pecuniária de pagamento do preço considera-se vencida 60 dias após a data em que a

NMS|FCM tiver recebido a fatura ou documento equivalente, nos termos do n.º 4 do art. 299.º do CCP.

6. Sem prejuízo do previsto no art. 26.º do n.º 6 do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de Agosto, em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias por parte da NMS|FCM, o Adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, nos termos previstos no art. 326.º do CCP e da Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril.

7. Em caso de discordância por parte da NMS|FCM, quanto ao valor indicado na factura, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.

8. Caso existam, o pagamento de serviços complementares será feito nos mesmos termos dos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos dos n.ºs 1 a 4 do art. 370.º ex vi art. 454.º, n.º 1, do CCP.

9. Os serviços complementares serão pagos mediante facturas adicionais relativas aos serviços prestados e após cumpridas as mesmas formalidades previstas para as facturas dos trabalhos contratuais.

10. Sem prejuízo do disposto no art. 370.º e seguintes, por remissão do art. 454.º, n.º 1, todos do CCP, quando se verificar a necessidade de realização de serviços complementares, para os quais não existam preços unitários contratuais, os preços para a sua realização serão determinados de acordo com a seguinte ordem de preferência:

- a) Fixação do preço a aplicar, em cada caso, com base nos preços unitários contratuais para serviços semelhantes, mediante acordo entre a NMS|FCM e o Adjudicatário;
- b) Fixação de preço novo a acordar entre a NMS|FCM e o Adjudicatário, tendo como base os pressupostos de cálculo dos preços unitários contratuais, atendendo à especificidade do trabalho, ao prazo de execução e ao seu enquadramento.

11. Não havendo acordo na fixação dos preços novos, o Adjudicatário não poderá utilizar esse argumento para não realizar ou atrasar a execução de quaisquer trabalhos, sendo esses remunerados, provisoriamente, com base na contraproposta da NMS|FCM, efectuando-se, se for caso disso, a

correspondente correcção, acrescida, no que respeita aos preços, dos juros de mora devidos, logo que haja acordo ou determinação judicial sobre a matéria.

CAPÍTULO III

EXECUÇÃO

ARTIGO 8.º

EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A responsabilidade pela integral execução do Contrato a executar e das obrigações melhor descritas na Parte Especial do presente Caderno de Encargos será atribuída exclusivamente ao Adjudicatário.
2. A NMS|FCM não reconhece, senão para os efeitos expressamente indicados na lei, a existência de quaisquer subcontratos ou terceiros que trabalhem por conta ou em combinação com o Adjudicatário.

CAPÍTULO IV

ENCARGOS

ARTIGO 9.º

ENCARGOS COM A EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. Qualquer encargo exigível pelas autoridades competentes em relação à execução do Contrato de Aquisição de Serviços a celebrar será da responsabilidade e por conta do Adjudicatário.
2. Todas as autorizações, emolumentos e quaisquer outras importâncias exigidas pelas autoridades competentes relativamente ao objecto do Contrato são por conta do Adjudicatário.
3. Todos os encargos envolvidos na execução do Contrato designadamente com transporte, mão-de-obra, equipamentos, combustível e outros materiais de consumo, são da responsabilidade do Adjudicatário.
4. Constituem ainda obrigações do Cocontratante:
 - a) Prestar os serviços à Entidade Adjudicante conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da actividade e os requisitos definidos no Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
 - b) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à Entidade Adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação

dos serviços objecto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do Contrato celebrado com a Entidade Adjudicante;

- c) Não alterar as condições da prestação dos serviços fora dos casos previstos no Caderno de Encargos;
- d) Não ceder, sem prévia autorização da Entidade Adjudicante, a sua posição contratual no Contrato celebrado com esta;
- e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- f) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no Contrato;
- g) Possuir os conhecimentos técnicos e o know-how, próprios das melhores práticas, necessários e adequados a um profissional competente, diligente, zeloso e tempestivo para cumprimento das obrigações assumidas no Contrato.

CAPÍTULO V

INCUMPRIMENTO

ARTIGO 10.º

SANÇÕES PECUNIÁRIAS CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento das obrigações contidas no presente Caderno de Encargos e no Contrato a celebrar, a NMS|FCM pode exigir ao Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária.
2. Se o Adjudicatário não cumprir, por razões que lhe sejam imputáveis, as condições contratuais assumidas, sem prejuízo do ressarcimento de todos os prejuízos ou danos causados nos termos gerais do Direito, incorrerá numa penalidade a favor da NMS|FCM, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento dos prazos previstos no presente Caderno de Encargos ou acordados por escrito durante a execução do Contrato, calculada diariamente, até:

- Um por mil do valor do Contrato, nos primeiros 5 (cinco) dias;
 - Dois por mil do valor do Contrato, a partir do sexto e até ao décimo dia;
 - Três por mil do valor do Contrato, a partir do décimo primeiro e até ao vigésimo dia; e
 - Quatro por mil do valor do Contrato, a partir do vigésimo primeiro dia.
- b) Se o incumprimento for devido à verificação de graves erros ou omissões o quantitativo da indemnização será calculado diariamente até dois por mil do valor do Contrato;
- c) Por qualquer outro incumprimento, a indemnização não excederá o quantitativo correspondente a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.

ARTIGO 11.º

FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitam o cumprimento por uma das partes, de qualquer das obrigações assumidas no Contrato, que, cumulativamente, sejam alheias à sua vontade, que a mesma não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Quaisquer danos resultantes de trabalhos em curso, acidentes naturais ou actos de vandalismo, aos quais o Adjudicatário é alheio, e que por si sejam detectados, deverão ser comunicados à NMS|FCM, devendo fazer prova da sua não responsabilidade.
3. Podem constituir força maior, desde que verificados os pressupostos constantes do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas, que tenham implicação directa na execução do Contrato.
4. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Quaisquer circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados e auxiliares do Adjudicatário, na parte em que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados ao Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre o mesmo recaiam;
- d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções não sejam determinadas ou se devam a dolo ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário;
- f) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

ARTIGO 12.º

RESCISÃO DO CONTRATO

A NMS|FCM poderá rescindir o Contrato nos seguintes casos:

- a) Quando se verificar que a execução do Contrato não corresponde às características que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo Adjudicatário;
- b) Aquando do incumprimento ou cumprimento defeituoso do Contrato;
- c) Quando, durante a vigência do Contrato, o Adjudicatário haja sido declarado interdito, inabilitado, falido ou insolvente;
- d) Quando, sendo o Adjudicatário uma sociedade, se verifique a sua dissolução ou a transmissão total ou parcial do capital social e desde que tal facto se repercuta na boa execução do Contrato;
- e) Quando hajam sido aplicadas penalidades que no seu total perfaçam 20% do Contrato.

ARTIGO 13.º

INCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

1. Caso se verifique o incumprimento de alguma das obrigações contratuais por parte do Adjudicatário, deve o mesmo corrigi-los no prazo de 5 dias, após comunicação para o efeito da NMS|FCM.

2. Caso o incumprimento referido no número anterior se mantenha a NMS|FCM pode resolver o Contrato, devendo para tanto comunicar a Deliberação de Resolução, por carta registada com aviso de recepção a enviar ao Adjudicatário, após realização da audiência de interessados.
3. Salvo disposição em contrário deste Caderno de Encargos, correrão por conta do Adjudicatário, que se considerará, para o efeito, o único responsável, a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe forem imputáveis e que resultem da própria natureza do execução do Contrato, sejam sofridos por terceiros até à recepção definitiva dos serviços, em consequência do modo de instalação destes últimos, da actuação do pessoal do Adjudicatário e, do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos.
4. O Adjudicatário será responsável por todos os danos causados no decorrer da execução do Contrato pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito à NMS|FCM.

ARTIGO 14.º

EFEITOS DA RESOLUÇÃO

1. Em caso de resolução do Contrato pela NMS|FCM por facto imputável ao Adjudicatário, este fica obrigado ao pagamento à NMS|FCM de uma indemnização correspondente a 15% (quinze por cento) do preço contratual, a título de cláusula penal indemnizatória.
2. A indemnização é paga pelo Adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação da resolução do Contrato.
3. O disposto no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adopção de novo procedimento de formação de Contrato.

CAPÍTULO VI

DO PROCESSO CONTENCIOSO

ARTIGO 15.º**FORO COMPETENTE**

Em caso de litígio o foro competente é o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 16.º**COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

1. Todas as comunicações entre a NMS|FCM e os interessados, os candidatos, os concorrentes ou o Adjudicatário relativas à fase de formação do Contrato devem ser escritas e redigidas em português e efectuadas através de correio electrónico ou de outro meio de transmissão escrita e electrónica de dados.
2. As comunicações entre a NMS|FCM e o Adjudicatário relativas à fase de execução do Contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efectuadas pelos meios a que se refere o número anterior, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de recepção.
3. Para efeitos de comunicações relativas à fase de execução do Contrato, as partes devem identificar no mesmo as informações de contacto dos respectivos representantes, designadamente o endereço electrónico, o número de telefone e o endereço postal.
4. O Adjudicatário ou o seu representante devem informar a NMS|FCM, por escrito, sempre que qualquer mudança se verificar no respectivo domicílio ou sede.
5. A alteração do domicílio contratual é comunicada à outra parte por carta registada com aviso de recepção.

ARTIGO 17.º**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Em todos os aspectos não regulados no presente Caderno de Encargos ou no Contrato a celebrar, serão aplicáveis as normas constantes no Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 18.º**CONTAGEM DE PRAZOS**

1. Sem prejuízo de disposição em contrário, os prazos previstos no Caderno de Encargos são contínuos, correndo em Sábados, em Domingos e em dias feriados.
2. Os prazos que terminem em Sábados, Domingos ou dias feriados transferem-se para o dia útil imediatamente seguinte.

II – PARTE ESPECIAL**ARTIGO 19.º****OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO**

Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no presente Caderno de Encargos, de outras obrigações estabelecidas na legislação aplicável, ou nas cláusulas contratuais, o Adjudicatário fica sujeito às seguintes disposições no âmbito da manutenção preventiva:

- a) Realizar 2 visitas anuais planeadas para manutenção preventiva com o objectivo de prevenir avarias, detectar alterações físicas com impacto nos equipamentos, de modo a garantir a operacionalidade, a segurança e os níveis de desempenho de todos os equipamentos que constituem cada um dos Sistemas instalados nos Edifícios identificados no artigo 20.º.
- b) As visitas referidas na alínea anterior devem incluir serviços de inspecção, vistoria e acompanhamento, com o objectivo de desenvolver acções e procedimentos adequados para assegurar o bom funcionamento dos equipamentos e a prevenção de eventuais avarias.
- c) Os consumíveis que venham a ser substituídos durante a execução do Contrato, deverão ser deduzidos da bolsa de consumíveis prevista no artigo 5.º e no artigo 22.º do presente Caderno de Encargos.
- d) Após cada visita de manutenção preventiva, deverá ser elaborado um relatório técnico detalhado dos trabalhos realizados, o qual será feito em duplicado, e que será assinado por ambas as partes.

ARTIGO 20.º**LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços deverão ser prestados nas seguintes instalações da NMS|FCM:

- a. Edifício Sede (que engloba a cantina, o edifício escolar e o biotério de roedores) sito no Campo Mártires da Pátria, n.º 130, 1169-056 Lisboa;
- b. Edifício Cinzento (antigo biotério de peixes) sito na Rua Câmara Pestana, n.º 6, 1150-082 Lisboa
- c. Edifício Escolar do Hospital São Francisco Xavier, sito na Estrada Forte do Alto Duque, 1449-005 Lisboa;

ARTIGO 21.º**EQUIPA TÉCNICA**

1. O perfil e dimensionamento da equipa técnica ficará a cargo do Adjudicatário, devendo este garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos no presente Caderno de Encargos.
2. Sempre que a Entidade Adjudicante considerar necessário, solicitará ao Adjudicatário e este obriga-se a disponibilizar, a substituição de qualquer recurso que justificadamente julgue inadequado à execução das tarefas em causa, por recurso a um perfil e competências técnicas adequadas.
3. Somente os técnicos autorizados do Adjudicatário poderão realizar os serviços descritos no presente Caderno de Encargos, cabendo à NMS|FCM facultar o livre acesso aos mesmos, observadas as normas de segurança vigentes nas dependências do cliente.

ARTIGO 22.º**BOLSA DE CONSUMÍVEIS**

1. Os consumíveis e os componentes dos equipamentos objecto de Contrato, deverão ser substituídos de imediato, sempre que, no decurso das acções de manutenção preventiva, sejam detectados indícios de funcionamento deficiente, ao abrigo da Bolsa de **2.000,00 Euros**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, durante o período de vigência do Contrato a celebrar e das suas renovações, caso existam, sem prejuízo do disposto da Cláusula seguinte.

2. O Adjudicatário obriga-se a garantir um *stock* mínimo de consumíveis, peças e materiais a aplicar, de modo a garantir a reparação imediata dos Sistemas, em caso de avaria.
3. O Adjudicatário não poderá alegar indisponibilidade no fornecedor, daqueles consumíveis, materiais ou peças, para protelar a resolução de qualquer avaria.
4. Todos os consumíveis que garantam a manutenção preventiva dos sistemas e que sejam previsíveis e necessários de utilizar nos trabalhos objecto do Contrato, serão da conta do Adjudicatário.
5. O valor da bolsa de consumíveis não utilizado no primeiro ano, transita para os anos seguintes do Contrato, salvo oposição à renovação do mesmo.

